



APROVADA
NA 513 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 509
19 de novembro de 1993
Hora: 10h 05m às 12h 50m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Relatório da Quinta Reunião do Grupo Ad Hoc de Representantes Governamentais.
3. Relatório da Segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre o comércio de serviços.
4. Projeto de acordo-quadro de promoção do comércio sobre normalização técnica e certificação.
5. Primeira Reunião da Comissão Assessora de Valoração Aduaneira.
6. Convocação e agenda da Oitava Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores (ALADI/CR/PR 110).
7. Outros assuntos.
 - Condecoração do Governo da República Federativa do Brasil com a "Grã Cruz da Ordem do Barão de Rio Branco" ao Senhor Presidente do Comitê de Representantes e ao Representante do Chile, Embaixadores Eduardo Cabezas Molina e Raimundo Barros Charlin.
 - Reuniões da ALADI com o TIPS vinculadas com a informação e a integração regional.
 - Visita à sede da Associação do Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Doutor Sergio Abreu, em 24 do corrente mês.

Preside:

EDUARDO CABEZAS MOLINA

Assistem: Jesús Sabra e Noemí Gómez (Argentina), Hernando Velasco Tárrega (Bolívia), Paulo Nogueira Batista, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Mario Ernani Saade e Fernando Jacques de Magalhães Pimenta (Brasil), Antonio Urdaneta (Colômbia), Raimundo Barros Charlin e Manuel Valencia Astorga (Chile), Humberto Jiménez (Equador), Juventino Balderas e Dora Rodríguez Romero (México), Alfredo Núñez e Gustavo López Bello e Susana Morinigo (Paraguai), Guillermo Fernández-Cornejo-Cortés e José Carlos Dávila (Peru), Néstor G. Cosentino, Eduardo Penela Ríos, José Roberto Muineló e Ricardo Duarte Vargas (Uruguai), Germán Lairret e Antonio Rangel (Venezuela), Abelardo Curbelo Padrón (Cuba).

Secretário-Geral a.i.: Isaac Maidana Quisbert.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

PRESIDENTE. Inicia-se a sessão

Desejo iniciar esta reunião congratulando a Representação do México por ter o Governo dos Estados Unidos da América ratificado o Tratado de Livre Comércio, subscrito com seu país e com o Canadá.

Desejamos ao povo e ao governo mexicano os melhores sucessos.

O México é um país latino-americano com o qual estamos estreitamente vinculados nesta grande empresa que é a integração da América Latina.

Estamos a favor do livre comércio e somos contrários ao protecionismo dos países grandes. Em boa hora os Estados Unidos abriram suas fronteiras ao México.

O Comitê de Representantes acompanhou com grande atenção o processo de negociação do Tratado de Livre Comércio ao qual repito, auguramos muitos êxitos.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, desejo manifestar meu agradecimento por suas considerações e deixar constância do óbvio: esclareceu-se uma grande interrogação que, certamente, nos facilitará o intercâmbio e todo o rico desenvolvimento de idéias que viemos participando impulsando os temas chaves da integração da ALADI.

em

Portanto, sentimo-nos muito satisfeitos porque isto nos ajuda a avançar em nossos objetivos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Relatório da Quinta Reunião do Grupo Ad Hoc de Representantes Governamentais.

PRESIDENTE. Os Senhores Representantes têm em seu poder o documento ALADI/RG.TM80/Quinto Relatório.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, desejo fazer chegar, por seu intermédio, ao Embaixador Valles as felicitações de nossa Representação pelo seu bom trabalho neste relatório e sobretudo por ter captado perfeitamente o debate sobre o projeto de protocolo.

Segundo o próprio relatório e por solicitação de várias delegações se estaria pedindo ao Comitê de Representantes que este grupo fosse convocado novamente. Isto está indicado na página 6, ponto 3.3. Portanto, queríamos sugerir a convocação de uma nova reunião para os dias 9 e 10 de dezembro que entendemos é uma data na qual poderá estar conosco o Embaixador Valles que muito facilitou, através de sua gestão, essas reuniões.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Senhor Presidente, para aderir, como o Senhor Representantes da Argentina às felicitações que fez chegar ao Senhor Embaixador Valles pela condução dos trabalhos do Grupo Ad Hoc. Ao mesmo tempo desejo manifestar nosso apoio à sugestão da data de 9 e 10 de dezembro, para uma próxima reunião que esperamos seja a última do Grupo Ad Hoc, data, que de acordo com o informado pela Representação do México, seria aceitável para eles.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, igualmente, para aderir às felicitações que através de Vossa Excelência, desejaríamos fazer chegar ao Embaixador Valles por tão excelente trabalho.

Em segundo lugar, apoiamos a data proposta pelo Representante argentino para uma próxima sessão do Grupo Ad Hoc para os dias 9 e 10 de dezembro.

Em terceiro lugar, propor à Presidência que faça chegar ao Embaixador Valles nossa indicação de que conforme o parágrafo quatro da primeira página do relatório, onde se faz alusão a que "No início desta etapa estavam formalmente apresentadas as três propostas da Argentina, do Brasil e do México que constavam como Anexos ao Quarto Relatório Preliminar do Grupo Ad Hoc". Nossa idéia é de que a informação do México, na mesma forma em que apareceu no início do

debate, seja preservada a estas alturas das deliberações como um dos anexos, íntegro, tal qual está. Sabemos que o debate evoluiu muito favoravelmente, mas tudo o que o conteúdo do relatório mostra é esta evolução do debate. Nosso ponto de partida continua sendo a posição que manteve o México no início.

Por outro lado, o que desta vez aparece como anexo à informação, onde se registra a alternativa do México a respeito do artigo 3º, letras a), b) e c), faz parte, como uma alternativa, no conteúdo do próprio relatório do Senhor Valles.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, aderimos às felicitações ao Embaixador Guillermo Valles e também aceitamos a data proposta para a próxima reunião do Grupo que seria quinta e sexta-feira, dias 9 e 10 de dezembro.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Senhor Presidente, tomo a palavra novamente por dois motivos: primeiro, para assinalar que temos um texto que faremos circular através da Secretaria com a fundamentação jurídica de nossa posição em um dos pontos do documento da Presidência e, portanto, faremos circular esse texto para conhecimento de todas as Representações. Isso está mencionado no Relatório e dessa maneira damos cumprimento.

Em segundo lugar, para dizer que com diferença da posição mexicana que vem de ser anunciada, não insistimos em manter a proposta do Brasil, aderir ao consenso em torno do papel apresentado pelo Presidente do Grupo, Embaixador Valles, dessa maneira, o documento de trabalho é para nós o documento da Presidência. Muito obrigado.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Senhor Presidente, desejamos felicitar o Embaixador Valles e propor uma coisa que talvez resulte pragmática para o Comitê. Da outra vez tivemos o problema que acabou o tempo e os trabalhos deviam ser com o relógio parado toda a manhã. Não obstante, tivemos que reunir-nos excepcionalmente no dia seguinte. Creio que se isso pode ser falado em dois ou três dias, se sobra tempo, melhor. Então, 9, 10 e 11. E não importaria que fosse um sábado porque se finalizasse na sexta-feira, no sábado não teríamos nada para fazer. É uma proposta.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). A experiência é que quando temos muito tempo as deliberações se tornam longas.

Eu poderia sugerir os dias 9 e 10 e que o próprio grupo determine depois se pode ficar ou não. Porque se não determinarmos isto, certamente revisaremos coisas já muito debatidas. Creio que se deve pôr um conteúdo. Não é o caso de que se perca três ou quatro dias. Já se avançou muito; não queremos reiterar as deliberações; creio que seria prático, para este caso em particular, limitá-lo a dois dias. Se o próprio Grupo considera que não é possível, parará o relógio ou não, mas insistimos em que seja nos dias 9 e 10. Estão muito definidos os temas conflitantes ou sensíveis do projeto, se assim se deseja chamar, do projeto.

Representação da VENEZUELA (Antonio Rangel). Da mesma forma que as demais Representações, queríamos parabenizar o Embaixador Valles pelo relatório.

Queríamos manifestar que a inclusão do papel "Anexo 2" da Representação da Venezuela era uma proposta que fazíamos durante os debates, mas não sabemos se é realmente necessário colocar isso como parte do relatório. Muitas de nossas posições foram expressas no contexto da discussão do papel; inclusive algumas delas ficaram refletidas aí; outras foram discutidas e deixadas de lado. Acreditamos que a presença deste relatório poderia criar confusão e não contribuir para os resultados úteis do trabalho.

PRESIDENTE. Com as observações feitas pelos Senhores Representantes, que serão comunicadas ao Embaixador Guillermo Valles, responsável pelo relatório, o Comitê tomou nota. Devemos entender que a Representação da Venezuela solicita que sejam retiradas suas observações. É um avanço muito importante. Creio que vamos nos aproximando rapidamente de uma solução definitiva.

Então, ficam aprovadas pelo Comitê os dias 9 e 10 de dezembro para convocar o Grupo Ad Hoc para um sexto período de sessões.

" RESOLUCAO 179

O COMITE DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA A Resolução 36 (VII) do Conselho de Ministros e as Resoluções 162, 170, 173, 175, 176 e 178 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

Convocar o Grupo Ad Hoc de Representantes Governamentais criado pelo artigo primeiro da Resolução 36 (VII) para que se reúna na sede da Associação nos dias 9 e 10 de dezembro de 1993."

3. Relatório da Segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre o comércio de serviços.

SECRETARIO-GERAL a.i (Isaac Maidana Quisbert). Senhor Presidente, esta reunião de peritos foi coordenada pelo Doutor Rojas, a quem peço, com sua vênica, que nos informe sobre isto.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Com efeito, na terça e na quarta-feira desta semana se realizou a Segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre o comércio de serviços, reunião da qual participaram representantes dos onze países-membros. Nessa oportunidade o Grupo de Peritos analisou o anteprojeto de acordo que constava no anexo ao relatório final da primeira reunião e, com base em propostas, especialmente da Representação do México e de uma contri-

buição da Secretaria, debateu amplamente o tema, de forma particular o referente ao programa de liberação do intercâmbio dos serviços na região.

As conclusões desta segunda reunião estão sendo elaboradas neste momento pela Secretaria-Geral e serão colocadas à disposição dos países certamente no decorrer da próxima semana. No relatório final figurará também um anteprojeto de acordo que servirá de base, em primeiro lugar, para as consultas que deveriam fazer internamente os países em suas respectivas capitais.

Em segundo lugar, servirá também de base de discussão na terceira reunião que, de acordo com o manifestado especialmente pelos delegados dos países que vieram das capitais e que estão intimamente vinculados com o debate que se está levando a cabo no âmbito da Rodada Uruguai no GATT sobre este tema, deveria ser convocada pelo Comitê de Representantes para a segunda quinzena de fevereiro ou, preferivelmente, durante a primeira quinzena de março.

Senhor Presidente, na próxima semana, repito, a Secretaria colocará à disposição dos países o relatório final, conforme acordado na última reunião de trabalho de peritos governamentais.

Quero, sim, em virtude de que uma terceira reunião de peritos se realizaria apenas na primeira quinzena de março do próximo ano, e levando em conta que ainda existem, não diria, posições mas sim concepções muito diferentes a respeito do que seria a liberação do comércio de serviços na região, chamar a atenção do Comitê no sentido de que caso o Conselho de Ministros se realizasse neste ano de 1993, o tema de comércio de serviços, definitivamente, não poderia ser considerado nessa ocasião.

Isso é tudo, Senhor Presidente, e reitero que na próxima semana será distribuído o relatório final da Segunda Reunião.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Senhor Presidente, eu queria agradecer à Secretaria o seu relatório sobre os trabalhos da Segunda Reunião de Peritos Governamentais em comércio de serviços.

Nós participamos muito intensamente dos trabalhos da primeira e da segunda reuniões e estamos também muito satisfeitos com o ritmo de trabalho que eles realizaram e dispostos, também, isso queria anunciar agora, a circular, se for possível, antes da próxima terceira reunião do Grupo, um documento de trabalho no qual expomos em uma forma concatenada, ordenada e sistemática, os pontos de vista do Brasil a respeito do comércio de serviços.

Não temos objeção quanto à data da primeira quinzena de março e até já poderia considerar, se fosse o caso, uma data determinada.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Senhor Presidente, eu também felicito a Secretaria pela organização e, finalmente, o Embaixador Rojas, que coordenou o Grupo de Peritos

sobre o comércio de serviços. Também minha Representação está muito satisfeita com os resultados e com seu relatório final.

Minha Representação tem apenas uma preocupação e penso que em função do que vamos ver no ponto sexto desta agenda, se não cabe a possibilidade de encontrar outra data mais próxima para poder ter este grupo técnico um resultado já definitivo para oferecer isto aos Ministros como mais uma missão cumprida.

Coloco isto à consideração da Presidência para que consulte as Representações e digam aqui o que pensam a respeito desta idéia, talvez, um pouco iconoclasta, depois de ter escutado o Representante do Brasil. Considero, porém, que vale a pena pelo menos discuti-lo.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, escutamos com muita atenção tanto a exposição da Secretaria como a das Representações que me precederam. Queríamos ressaltar a importância que meu país atribui ao tema serviços.

Para nós, este é talvez um dos temas mais importantes em que está tratando atualmente a ALADI. E tem muito a ver, não só com a nova orientação do comércio internacional, mas também com as políticas econômicas nacionais.

Por isso vimos com muito interesse a proposta que nos proporcionará a Representação do Brasil e esperamos que seja neste mês, se for possível, para dar tempo a que os diferentes organismos que em nossos países estudam este tema possam fazer uma elaboração consciente desta nova proposta.

Não é nossa intenção apressar os resultados deste grupo, mas entendemos que devemos ir trabalhando sobre bases seguras, de forma que quando for subscrito o acordo possamos ter a maior adesão dos países-membros.

Estamos também de acordo com que a Secretaria nos proponha uma data e já possamos convocar uma terceira reunião de peritos governamentais para a primeira quinzena de março, e creio que seria útil poder fazer esta convocação com suficiente antecipação.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Para anunciar que faremos o possível para circular quanto antes este documento de trabalho, cuja elaboração informamos. Se for possível, faremos circular este documento na data sugerida pela Representação da Argentina e nos empenharemos nesse sentido junto às autoridades brasileiras.

Queria dizer também que necessitamos uma ajuda adicional da Secretaria porque há informações muito importantes para que se possa prosseguir os trabalhos; essas informações que mencionamos como indispensáveis na reunião do Grupo sobre serviços têm a ver com a preparação, por parte da Secretaria, de um quadro, de uma informação, a mais completa e detalhada possível, sobre as legislações nacionais

dos países da ALADI em matéria de serviços e também sobre as posições que esses países adotaram na Rodada Uruguaí neste campo de comércio de serviços.

São informações importantes que necessitamos para poder avançar neste tema, e também umas notas explicativas a respeito dos principais conceitos que fazem ou que farão parte da elaboração de um projeto de acordo.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, apoiamos o pedido que acaba de fazer a Representação do Brasil. Entendo que junto com isso nossa Representação tinha solicitado determinado parecer da Assessoria Jurídica sobre o tema serviços; seria útil também incorporar isto a este pedido da Representação do Brasil.

PRESIDENTE. - Senhores Representantes, havia uma sugestão do Senhor Representante do Peru a respeito do interesse que haveria em que o tema serviços estivesse pronto antes da próxima reunião do Conselho de Ministros da ALADI. Não sei, Senhor Representante do Peru, se o senhor insistiria em sua sugestão ou se deixamos a possibilidade de que o Grupo Técnico de Serviços se reúna na segunda quinzena de março.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Senhor Presidente, eu somente proponha, expressava uma idéia no ar. Realmente não tenho uma proposta clara e precisa para insistir nela. Parece-me que não seria acolhida e entendo perfeitamente as razões que têm as outras Representações que necessitam esse tempo para se prepararem em função desses trabalhos.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Senhor Presidente, a respeito da data queria informar que consultamos diretamente os peritos que vieram das capitais que, repito, estão muito vinculados com a negociação da Rodada Uruguaí, e eles mesmos sugeriram essa data, levando em conta o calendário que agora estão cumprindo em função da finalização da mesma Rodada. Então, pareceria talvez mais propício, e pessoalmente penso que seria mais conveniente, contar com a presença deles; e se essa presença fosse possível, seria muito importante fazê-la em março.

Em segundo lugar quero referir-me ao tema das legislações nacionais. E, justamente, no começo da reunião de terça-feira, com a colaboração da UNCTAD, apresentamos como se constituiria o banco de dados de legislações nacionais, que obviamente é básico para o início das negociações por setor. Este protótipo, o "know-how", digamos, tecnológico, está sendo assimilado perfeitamente pelo Departamento de Informação e Estatística da Secretaria e contamos com alguns pequenos recursos no âmbito do programa LATINTRADE, que é um programa de cooperação técnica da UNCTAD, administrado pelo PNUD, com doadores de terceiros países para iniciar a constituição deste banco de dados.

Na reunião, em nome da Secretaria e por delegação do Secretário-Geral, correspondeu-me subcrever um memorandum de entendimento com a Secretaria da UNCTAD para sair em busca dos recursos adicionais, que serão muitos os que vamos necessitar, para a constituição desse banco.

Não posso me comprometer, em nome da Secretaria, a apresentar para a próxima reunião um quadro de legislações nacionais dos onze países porque materialmente seria impossível armá-lo. Nem sequer tendo os recursos humanos e financeiros para isso poderíamos fazê-lo daqui até março. Entretanto, de acordo com as conversações que tivemos com a UNCTAD, já priorizamos alguns setores que correspondem aos compromissos que os países estão adotando no contexto da Rodada Uruguai e com essa base vamos trabalhar.

Aqui, sim, quero pedir a ajuda de todos os Senhores Representantes no sentido de que contribuam conosco na entrega das legislações nacionais porque nos custará muito compilar todas elas, pois não somente são dos governos centrais, mas também de governos regionais, governos locais, que é necessário ter à mão para cumprir com o princípio de transparência que estaria sendo incorporado ao projeto de acordo.

Quanto à posição dos países na Rodada Uruguai, temos publicado uma série de documentos, mas eles se referem, obviamente, às posições gerais que assumiram os países em vias de desenvolvimento e que basicamente foram coordenadas pela Secretaria Permanente do SELA. Esses documentos estão disponíveis e neste momento estamos fazendo circular uma nota entre todas as Representações, uma vez que em função da avaliação que desejaríamos fazer da Rodada Uruguai lhes estamos solicitando que também enviem à Secretaria os compromissos que assumiram em Genebra, e que são compromissos que, aliás, foram entregues à Secretaria do GATT. Então, aí também vamos pedir a ajuda dos Senhores Representantes para podermos contar quanto antes com essa informação.

No que se refere às notas explicativas, efetivamente, também pedirei a compreensão dos Senhores Representantes no seguinte sentido: no relatório final, logicamente incluiremos um anteprojeto de acordo, que mais ou menos é o que se vem vislumbrando. Repito que não é um problema de consenso; é um problema de conceitualização. Há países que, não quero entrar em detalhes, preferem uma liberação vertical; outros preferem uma liberação horizontal e se expressa de acordo com a terminologia que se vem manejando internacionalmente sobre esse tema e que vai ficar, acredito, perfeitamente refletida nesse anteprojeto de acordo.

Agora, a compreensão que lhes peço é no sentido de que muitas vezes necessitaremos nos conectar diretamente com delegados que vieram à reunião sem passar pelo pedágio da Representação; nisso apelo para a compreensão dos Senhores Representantes porque a idéia que temos na Secretaria é que com base nesse relatório final iniciemos um diálogo com as pessoas que vieram participando da reunião, para que pelo menos com quinze dias ou um mês de antecipação possamos

em

apresentar um anteprojeto de acordo que venha, mais ou menos, que recolha, que incorpore observações dos setores que estiveram ou estão diretamente envolvidos no tema.

Quanto ao parecer legal, na mesma reunião, inclusive por sugestão do delegado da Argentina, um dos temas que preocupa, logicamente, é o tema da colocação em vigor do acordo e a forma em que será colocado em vigor. Nós adiantamos alguns trabalhos nesse sentido. Obviamente a forma é um problema fundamentalmente nacional: se vai aos parlamentos, se não vai aos parlamentos, se entra diretamente no ordenamento jurídico ou nas legislações nacionais, sem caráter legislativo, mas logicamente, também no quadro do princípio de transparência, todos os países querem saber como será a colocação em vigor para fazer um cálculo, inclusive, que necessitaremos em função de que o programa de liberação seria assinalado, em princípio, de acordo com o que estamos conversando em nível técnico, que haveria um prazo desde a subscrição do acordo até sua entrada em vigor para negociar a forma da liberação. Inclusive para assumir os compromissos iniciais, para estabelecer as listas de exceções que estão sendo contempladas no anteprojeto atualmente em discussão. Então, aí também vamos solicitar a ajuda, ou a solicitamos já formalmente, dos Senhores Representantes para ver se contamos com estas informações legais, também com suficiente antecipação para enriquecer nossa própria proposta. Acredito que desta forma os países, e a Secretaria faremos um trabalho conjunto; inclusive a Secretaria não tem dinheiro para pagar consultores de tão alto nível como os que necessitaríamos para atender este tema porque é um tema no qual, sinceramente, todos estamos aprendendo. Então, fazendo estamos aprendendo. E eu comentava em uma ocasião ao Senhor Presidente do Comitê que nós temos algo assim como assessores pessoais, via amizade, que de repente nos comunicamos com o Embaixador Estancanelli ou com Fernando Dimateo para que nos esclareçam uma série de dúvidas, mormente levando em conta que nós não estivemos participando ativamente das reuniões em Genebra, no quadro da Rodada Uruguai.

E uma amostra disso foi o seminário que fizemos no ano passado, em julho, onde convidamos um cidadão argentino que esteve muito vinculado com a delegação desse país na negociação da Rodada, e um cidadão chileno, que era praticamente o secretário do grupo latino-americano na Rodada e funcionário do SELA.

Em síntese, Senhor Presidente, isso é o que posso informar sobre as preocupações manifestadas pelos países a este respeito.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, agradeço à Secretaria as informações que acaba de dar e creio que há dois dados muito importantes: primeiro, a respeito da compilação de legislações nacionais. Tive oportunidade de estar na exposição do software feito pela UNCTAD. Considero que seria útil a estrutura desse software fazendo circular entre as Representações para que a informação que provenha de nossos países possa ser coordenada em igual término porque senão não seriam comparáveis.

Em segundo lugar desejo assinalar que se mal não lembro o INTAL fez um vade mécum muito importante sobre legislações nacionais em matéria de serviços. Portanto, acredito que seria útil checar esta informação.

Sobre os contatos com os responsáveis, não temos inconveniente se a Representação estiver informada.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Senhor Presidente, para agradecer à Secretaria pela informação que nos acaba de transmitir, apoiar a observação do Embaixador da Argentina de que seria útil que pudéssemos ter o software utilizado pela UNCTAD para lograr nosso esforço de colaboração com a Secretaria. E pedir finalmente a compreensão da Secretaria para que as comunicações com os países fossem feitas através da Representação Permanente junto à ALADI.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Sim, sobre o soft ware poderíamos, gostaríamos muito e coordenaríamos se houvesse a anuência de todos os Representantes, com o Senhor Presidente do Comitê para fazer uma demonstração aqui, no Comitê de Representantes. É um programa relativamente fácil de manejar. Acho que está em poder da Divisão de Informação e Estatística da Secretaria um manual que poderíamos copiar e entregariamos a todos, mas, creio que seria muito mais útil se pudéssemos fazer uma demonstração. Ou seja, que vissemos na realidade e fizéssemos as consultas necessárias. Creio que a experiência de terça-feira na qual esteve presente o Embaixador Sabra e não sei se também o Embaixador do Brasil, foi muito útil e simples a forma de manejo.

Então vamos organizar com o Presidente do Comitê, estabelecemos um dia e fazemos uma demonstração que além disso não leva mais de meia hora de apresentação.

Representação da VENEZUELA (Antonio Rangel). Aderimos ao critério da conveniência de ter o formato das informações para poder solicitar a informação dessa maneira creio que não representará um problema maior.

Por outro lado, considerariamos pertinente que a Secretaria se comunicasse diretamente com nossos peritos nesta matéria, especificamente neste caso, sem prejuízo de que o conjunto dos temas seja de conhecimento das Representações e que não constitua um precedente.

PRESIDENTE. Então podemos concluir que ficamos com a expectativa do documento de trabalho sobre serviços que nos fornecerá a Representação do Brasil e a Secretaria também vai continuar aprofundando este trabalho e na medida em que for contando com uma série de informações em nível dos países e com notas explicativas que também foram solicitadas valeria a pena que toda essa informação fosse distribuída através das Representações antes da próxima reunião do Grupo de Serviços previsto para a primeira quinzena de março, segundo decisão do Comitê, levando a recomendação feita pelo próprio Grupo de Serviços de reunir-se nessa ocasião.

sm

A Presidência coordenará com a Secretaria quando serão esses trinta minutos de descanso que vamos ter aqui.

Se não houver outro comentário sobre o assunto, passaremos ao seguinte ponto da ordem do dia.

4. Projeto de acordo-quadro de promoção do comércio sobre normalização técnica e certificação.

PRESIDENTE. Os Senhores Representantes devem ter o anteprojeto de acordo-quadro que está no documento ALADI/SEC/Proposta 152/Rev. 1, de 8 de novembro.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana Quisbert). A sugestão, Senhor Presidente, seria de formar um grupo de trabalho a fim de poder estudar e analisar a proposta que está neste documento que o senhor mencionou. Essa seria a sugestão concreta.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, em uma leitura rápida feita em nossa Representação, surge este projeto recolhendo o que os Diretores de Organismos de Normalização fizeram na primeira reunião.

O grupo de trabalho está criado mas, temos técnicas para desenvolvê-lo? É a única dúvida que tenho. Ou é conveniente voltar a reuni-los, ou isto já está definido e é uma definição política? Essa é a pergunta que desejaria fazer à Secretaria.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Senhor Presidente, efetivamente, como manifesta o Representante da Argentina, este projeto é produto de uma discussão que houve aqui em uma reunião nos dias 19 e 2 de julho deste ano, nesta mesma Sala, onde tiveram a ocasião de participar todos os Diretores Nacionais dos organismos competentes nesta matéria.

Posteriormente, a Secretaria enviou o relatório final a cada um dos participantes; receberam-se observações; com base nas observações recebidas pela Secretaria foi feito este novo anteprojeto de acordo que realmente, para ser sincero, tem uma só dúvida que, se mal não lembro, exatamente no artigo quarto onde um só país-membro manifestou não estar de acordo com a redação do mesmo. Quanto ao restante do projeto a Secretaria considera que tecnicamente foi devidamente analisado. Lamentavelmente não tivemos recursos naquela oportunidade, o financiamento foi feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O projeto terminou. Teríamos gostado de ter tido uma segunda reunião, sobretudo porque o tema que está propondo essa Representação não estaria de acordo com o texto do artigo quarto, suscita uma discussão interessante nesse mundo das normas técnicas. Mas, o consenso obtido naquela ocasião, a vontade das opiniões coincidia com um texto como o que está apresentando a Secretaria nesta ocasião.

Por isso, Senhor Presidente, permitimo-nos propor a necessidade de criar um grupo de trabalho porque a Secretaria considera que

tecnicamente o tema já está esgotado e corresponderia uma definição estritamente política do Comitê e submeter às autoridades competentes a subscrição do acordo levando em conta os procedimentos estabelecidos na Associação para esses efeitos.

Representação do URUGUAI (José Muínelo). Senhor Presidente, queremos informar que oportunamente enviamos a nossos organismos competentes a revisão, de 20 de julho, que enviou a Secretaria e agora também enviamos uma proposta com os ajustamentos ou avanços nesta matéria.

Estamos esperando a informação necessária para transmiti-la ao Comitê e consideramos que deveríamos concretizar uma reunião de peritos na qual deveriam vir necessariamente os participantes para esboçar os eventuais ajustamentos que pudessem haver.

Acreditamos que na próxima semana teremos uma posição definitiva a respeito desta nova proposta.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, agradeço à Secretaria a informação e com base no que vem de assinalar, consideramos importante fazer uma segunda reunião do grupo técnico e para isto seria bom prever para o orçamento do próximo ano o custo do que poderia ser a convocação do mesmo, que não pode superar os mil dólares.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Enviamos este anteprojeto às autoridades nacionais competentes, tanto ao Instituto Nacional de Normalização, que é o encarregado destes temas, quanto aos organismos ministeriais responsáveis pelas decisões políticas nesta matéria. E neste ponto é onde temos uma pequena dúvida quanto a procedimento, não somente no caso do Chile senão do ponto de vista do contexto geral. Porque este projeto foi elaborado, efetivamente, pelos Institutos de Normalização técnica dos países, que em alguns casos são organismos oficiais, em outros casos organismos semiprivados ou privados. E dessa perspectiva o projeto é -aparentemente a nova versão- plenamente compatível com as formulações e recomendações dos peritos.

Mas, em definitivo, quando se trata especialmente da adoção de regulamentos, que já intervem a autoridade política na definição de um regulamento, acreditamos que possivelmente deva pedir-se o parecer dos ministérios ou entidades que têm competência na elaboração que tenham competência na elaboração de regulamentos técnicos.

Mas, é evidente que questões de segurança, saúde e proteção do meio ambiente estão por cima dos interesses puramente comerciais. Não podemos colocar o comércio como prioridade sobre qualquer outra coisa, é muito pelo contrário.

Portanto, podemos pedir e esperar de nossas autoridades que na regulamentação desses problemas levem em conta a conveniência de evitar efeitos negativos para o comércio; que procurem e quando isso não for evitado totalmente, restringi-los ao mínimo.

sm

PRESIDENTE. Senhores Representantes, creio que este documento deveria ser enviado para consulta a nossos Governos e que a Secretaria-Geral recolhesse seus comentários.

Uma vez em seu poder essa documentação, o Comitê de Representantes analisará a conveniência de convocar o grupo de trabalho de peritos governamentais para que analise tanto este anteprojeto como as observações de nossos Governos.

Dessa forma, acorda-se.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

5. Primeira Reunião da Comissão Assessora de Valoração Aduaneira.

PRESIDENTE. De conformidade com a proposta de uma Representação, submete-se a consideração para fixar uma nova data.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Se mal não me lembro, Senhor Presidente, a Secretaria ia sugerir uma data porque a Representação que pediu a suspensão tinha dado uma que não muito apropriada.

Portanto, estávamos esperando que a Secretaria nos fizesse uma proposta que poderia ser para março.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana Quisbert). Sim, sobre esse assunto estávamos esperando alguma sugestão sobre uma data possível para uma reunião deste grupo. Mas, em qualquer caso creio que deveríamos pensar no próximo ano, porque no mês que vem estamos sobrecarregados de atividades, na Associação e fora dela.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Assim como para o tema de serviços o próprio grupo fixou a primeira quinzena de março, não sei como, a Secretaria é quem deve saber quem manejará os temas e de que maneira tem os compromissos. Se eles não tiverem inconvenientes, poderia ser a mesma primeira quinzena de março ou na segunda.

Essa é a primeira sugestão que podemos fazer. E com essa base, a Secretaria definirá as datas.

PRESIDENTE. Solicitaríamos a Secretaria que entrasse em contato com os peritos em valoração aduaneira à luz de seu calendário de reuniões.

Representação da COLOMBIA (Antonio Urdaneta). Senhor Presidente, desejo propor, como também temos outro tema, transporte aduaneiro, que se possível tentár de conseguir que estas reuniões se realizem, se não juntas, que sejam imediatamente uma depois da outra. São temas que têm a ver muito entre si.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Senhor Presidente, como dizia o Senhor Secretário-Geral encarregado da Secretaria

em

ria, não temos nenhum inconveniente em propor uma nova data, que seria conveniente em março do próximo ano.

Quanto ao trânsito aduaneiro internacional nos permitimos informar novamente que os peritos que assistem às reuniões de valoração nunca são os mesmos que concorrem às de trânsito aduaneiro; são dois temas que estão totalmente diferenciados nas administrações ou nos serviços nacionais de alfândega. Por isso, se não houver inconveniente, em princípio consideramos que não haveria necessidade de fazer uma vinculação entre a continuidade das duas reuniões; são duas matérias totalmente diferentes e que são atendidas nos serviços nacionais de acordo com o que conhecemos por pessoas que não são exatamente as mesmas, são totalmente diferentes.

Essa é a informação que queria dar, Senhor Presidente.

Representação da VENEZUELA (Antonio Rangel). Sim, estava pensando que independentemente do que for decidido aqui sobre a data da reunião de valoração, considero que deveríamos adotar um acordo formal a respeito de seu adiamento, que isso creio que ainda não foi feito.

PRESIDENTE. Sim, em definitivo o Comitê de Representantes está tomando conhecimento sobre a proposta de uma Representação para que seja adiada a reunião da Comissão Assessora de Valoração Aduaneira.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). O projeto em

Sobre a nova data, creio que seria conveniente que esta Comissão se reunisse no transcurso do primeiro trimestre do ano de 1994 e que a Secretaria consultasse os peritos, na matéria, de nossos países através das Representações respectivas para chegar a um acordo sobre a data mais conveniente, quando já tiverem todo o calendário de eventos para o ano de 1994.

Assim fica resolvido.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Para fazer uma consulta à Secretaria, uma opinião da Secretaria sobre a urgência ou prioridade do tema, porque como o adiamento é de quatro meses, gostaríamos de saber se esses quatro meses incidem ou não nos trabalhos.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). O projeto em consideração, que seria estudado pelos peritos depois um período muito longo, consta na agenda da Associação desde novembro de 1991.

No transcurso desse tempo o Grupo Andino adotou algumas normas semelhantes às que estamos propondo, que estão feitas baseadas no Código de Valoração do GATT.

A urgência de adotar isto, é em primeiro lugar, porque é preferível começar a utilizar os sistemas de valoração desde o início de cada ano, inclusive até para os efeitos da arrecadação fiscal.

sm

Em segundo lugar, o atraso que houve na Associação para a adoção das decisões, impossibilitou a Secretaria a iniciar uma série de ações em procura da cooperação técnica para implementar alguma das ações que aprovaram ou que consideraram apropriadas os peritos para obter uma melhor e adequada aplicação das normas que seriam adotadas na Associação nesta área. É isto em razão de que ao não ter uma base legal para a busca de cooperação técnica, não poderíamos ter nenhum fundamento lógico para, por exemplo, conseguir cooperação técnica para montar não um banco de dados mas sim, pelo menos, um sistema que ajude os serviços nacionais de alfândegas para o conhecimento e a transmissão de informações, de fluídas informações, sobretudo quanto aos preços.

Perante essa indefinição da Associação, que repito, data de novembro de 1991, praticamente todos os trabalhos em matéria de valoração aduaneira, salvo os de acompanhamento e atualizações que viemos fazendo, realmente a Secretaria não pôde avançar nesta área. E a urgência está em que ainda subjazem nos países, subsistem, diversos critérios para as normas de valoração e isto tem efeitos sobre a arrecadação fiscal dos países, evidentemente também sobre as preferências tarifárias, sobre o comércio em geral, não somente sobre o comércio intra-regional senão sobre o comércio com terceiros países.

Isso é tudo o que posso informar, Senhor Presidente, sobre esta matéria porque realmente acreditamos, em novembro de 1991 -naquela ocasião estava encarregado desse setor e coordenei a reunião- que haveria uma solução a curto prazo, lamentavelmente essa solução já está atrasada dois anos no âmbito da Associação.

PRESIDENTE. Se não houver nenhuma outra observação a esse respeito, passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

6. Convocação e agenda da Oitava Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores (ALADI/CR/PR 110).

PRESIDENTE. Em consideração dos Senhores Representantes o documento em referência.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, dividirei minha exposição em duas partes: uma, sobre a própria agenda e outra, quanto à data.

A respeito da agenda, Senhor Presidente, estamos conformes com a mesma já que é o resultado de longos debates feitos em nível de Chefes de Representação e refletem cabalmente a substância do por quê convocaremos os Ministros das Relações Exteriores ou Ministros de Integração.

A respeito da data, desejaria fazer dois comentários: primeiro, que através desta convocação se gera uma nova corrente de opinião que é convocar o Conselho de Ministros em forma autônoma a qualquer outra reunião de caráter sub-regional ou regional que se realize pelos Chanceleres e damos uma nova entidade a estas reuniões na sede da nossa Associação.

Considero isto como um fato muito auspicioso, porque estamos dando ao tema da integração a importância que merece.

Em segundo lugar, tínhamos manifestado que o interesse de todos nossos países seria que estivessem presente nestas reuniões a maior quantidade possível de Chanceleres. E devido às consultas que fez nossa Representação a nosso Governo e as que surgiram dos debates anteriores, pareceria que o dia 21 de dezembro não satisfaz esta segunda expectativa.

Portanto, acreditamos que é útil convocar uma reunião para cumprir com a resolução que diz que as reuniões do Conselho de Ministros devem ser de caráter anual. Como este ano é muito difícil fazê-la, deveríamos convocar a Oitava Reunião não além do primeiro bimestre do ano que vem, sem prejuízo de que a Nona Reunião deva realizar-se também no final de 1994.

Nesta ordem de idéias, queremos sugerir o dia 4 de fevereiro como data para a convocação desta Oitava Reunião na sede da Associação.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Em primeiro lugar, acompanhamos a opinião do Representante da Argentina; a respeito da agenda não temos objeções. Lamentamos muito não poder fazê-la neste ano, creio que já é uma impossibilidade física para a data prevista na qual nosso país estaria na melhor possibilidade de assistir e dar o caráter que aqui estamos concedendo à Reunião de Ministros.

Não obstante, desejo informar-lhes que lamentavelmente não poderia comprometer nossa presença. De acordo com os prazos constitucionais no meu país deveria tomar posse o novo Presidente dia 2 de fevereiro. Isto significa que em 4 de fevereiro nosso Chanceler estará recém nomeado e ainda estará despedindo as delegações que sempre assistem à cerimônia de posse. Por isso se pudessemos prorrogar um pouco mais a data para a segunda quinzena seria mais factível comprometer a assistência, seja de nosso Chanceler ou do Secretário de Estado Encarregado da Integração.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Senhor Presidente, a Representação do Brasil tinha manifestado de forma muito clara, o interesse de que pudessemos cumprir em primeiro lugar com o mandato que temos de nossos Ministros de realizar todos os anos uma reunião do Conselho

Também pensamos que esta reunião é importante por vários motivos, entre os quais mencionaria apenas a urgência de que conversemos mais profundamente sobre as questões de convergência dos processos de integração regional e também que discutamos alguns eventos internacionais que terão qualquer que seja o rumo que tomem o impacto sobre o processo da ALADI.

Temos também outros temas que são importantes e que requerem de uma decisão urgente, que é o problema do orçamento.

O orçamento é jurídica e tecnicamente uma decisão do Comitê de Representantes mas, estamos por algumas decisões cuja magnitude orçamentária é de tal ordem que exigirá uma orientação do Conselho de Ministros para que o Comitê de Representantes possa tomar suas decisões em tempo e asseguremos a continuidade dos trabalhos da Associação.

Por tudo isso apoiávamos a realização da reunião do Conselho neste ano, em dezembro, estávamos de acordo com as datas propostas, primeiro dia 29 de novembro, depois dia 21 de dezembro.

Agradecemos o esforço feito pelo Chanceler Abreu do Uruguai, mas reconhecemos as dificuldades, e a conveniência de ter o maior número possível de Chanceleres e Ministros presentes nesta reunião. Portanto, estaríamos em condições de acompanhar a data sugerida pela Argentina, 4 de fevereiro de 1994, porque é uma data compatível com as urgências que mencionei e de certa forma não comprometeria a realização no ano de 1994 da reunião anual que corresponderá ser realizada na forma das disposições de nossos Ministros.

Então, sobre esse assunto estaria de acordo com a data sugerida e também com a agenda que temos, que nos parece adequada e reflete a problemática que enfrentamos na Associação.

E de acordo com o proposto pelo Senhor Representante da Venezuela, que realmente o problema que menciona é importantíssimo afeta a todos nós. Infelizmente nos afeta porque isso demonstra que estamos praticando a democracia em nossos países e alternando governos que é uma das melhores formas para indicar a prática do regime democrático, mas não sei que se consegue do esforço da integração, de termos de acordo sobre uma data única para eleições. Este é um problema com o qual teremos que conviver sempre, em algum momento teremos talvez que lamentar que por esse motivo tão valioso não possamos contar com a unanimidade da presença dos Chanceleres e Ministros em nossas reuniões.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Reitero meu pedido para que realizemos a reunião do Conselho uma semana depois, estaria em melhores condições de comprometer a participação de nosso próximo Chanceler. Esclareço que não faço questão da data proposta, o que quero dizer é que não sei se poderemos assistir nessa ocasião, apesar de nosso marcado interesse nessa reunião.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Acreditamos que temos a vantagem da suficiente antecipação como para planejar as datas que desde este momento pensamos sejam as mais oportunas. Minha representação, em princípio, não teria dificuldade de adaptar-se à data de 4 de fevereiro tal como sugeriu o Representante da Argentina ou eventualmente uma semana depois.

Desejaria, não sei se é oportuno neste momento, fazer algum comentário sobre a agenda ou está separado um ponto do outro, não entendi o procedimento.

PRESIDENTE. Senhor Representante, creio que dividiremos o tratamento do tema.

Concretizemos hoje a data e depois passamos à agenda.

Representação da COLOMBIA (Antonio Urdaneta). Senhor Presidente, creio que a data da 4 de fevereiro, por tratar-se da transmissão de Mando da Venezuela é costume que muitos de nossos Chanceleres estejam presentes nessa celebração. Então, considero oportuno que adiemos pelo menos uma semana esta reunião.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Senhor Presidente, minha representação também, após ter escutado as considerações feitas sobre o adiamento da convocação para 21 de dezembro, com a maior vontade devo confessar que não teria possibilidade de que o Chanceler ou algum outro Ministro peruano pudesse vir aqui nesse dia e por isso creio que estamos chegando a este adiamento quase por consenso.

Mas, as expressões do Representante da Venezuela nos coloca em posição nesses dias de fevereiro, para procurar um dia mais apropriado. Inclinar-me-ia para isso. Creio que devemos ser conscientes de que se trata de um assunto muito claro, muito objetivo, não é um impedimento pessoal de um Chanceler em um caso concreto, é algo que verdadeiramente pode ser tomado como, se nós resolvéssemos essa data, que houvéssemos passado por cima da consideração inicial do Governo venezuelano. E, então inclinar-me-ia, com o Representante da Colômbia, a procurar amigavelmente um dia apropriado na semana seguinte.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Creio que as Representações que me precederam conseguiram um consenso quanto a prorrogar a data 21 de dezembro. E nossa representação fez uma proposta o dia 4 que a retira neste momento por causa das considerações feitas pela Representação da Venezuela, e sugere a data do dia 11 de fevereiro, com o qual creio que abrangemos também as sugestões da Colômbia, do México e do Peru.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Simplesmente para manifestar nosso acordo com a data de 11 de fevereiro, levando em conta as preocupações manifestadas por várias representações e em especial com o desejo de contar com a presença do Chanceler da Venezuela.

PRESIDENTE. A Presidência agradece aos senhores Representantes pela sensibilidade que tiveram e por ter logrado já um acordo definitivo a respeito da data para que o Comitê pudesse estar em condições de convocar o Conselho de Ministros da ALADI para o dia 11 de fevereiro de 1994. Portanto, pediria aos senhores representantes que tomassem nota da data e modificassem o parágrafo do documento que está para a consideração dos senhores indicandil de fevereiro de 1994. É muito importante senhores representantes, todos os esforços possíveis para que nossos Ministros estejam presentes nesse Oitavo Período de Sessões.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, o Ministro das Relações Exteriores do Chile poderia vir dia 29 de novembro, dia 21 de dezembro, não sei se poderá vir dia 11 de fevereiro, deverei fazer as consultas pertinentes.

PRESIDENTE. Compreendemos, Senhor Representante, que todos devemos informar a nossos Chanceleres que está fixada essa data e obrigado por sua cooperação.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairer). Queria intervir mais uma vez, primeiro, para agradecer a compreensão das representações. Também estou de acordo de que no próximo ano se realize esta reunião e em segundo lugar, que tratemos de definir um prazo, um dia, para que fazer as reuniões do Conselho de Ministros.

E com licença do Senhor Representante do Chile, proponho que de uma vez façamos a convocação. Porque não creio que devam continuar adiando a data, mas fixar uma e depois veremos por que temos revisado tantos temas. Mas, gostaria verdadeiramente que nossos governos estivessem já sabendo de uma data e de uma agenda. É importante, tanto para o Comitê quanto para a Secretaria, que se decida a convocação com a data e a agenda.

PRESIDENTE. Respeitosamente me permito assinalar que temos em mãos um projeto de resolução que deve ser apoiado pelo Comitê hoje. Onde constam duas partes resolutivas: primeiro, a data da convocação e segundo, a agenda.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, não nos opomos à data, a única manifestação que fiz foi que não sabia se o Ministro poderia assistir, se o Ministro não vem, virá o Subsecretário. Não nos opomos à data, mas gostaria de saber a opinião da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai, do Equador, que não se pronunciaram ou que a data 11 de fevereiro seja submetida para votação para poder comunicá-la imediatamente.

Representação da BOLÍVIA (Hernando Velasco Tárraga). Senhor Presidente, a representação da Bolívia não teria nenhum inconveniente com a data pré-fixada de 4 de fevereiro mas, devido as considerações feitas pela Representação da Venezuela e como homenagem a um fato importante de sua vida institucional, como é o começo de um novo governo, também aceitamos com simpatia o adiamento de uma semana para depois do dia 4. Escutada a explicação a esse respeito do Representante do Chile, pensamos que a ausência de seu Chanceler seria muito lamentável. De maneira que nos inclinamos por procurar uma data posterior à da seguinte semana depois do dia 4, desde que esta data não passe do mês de fevereiro.

Representação do URUGUAI (Néstor G. Consentino). Senhor Presidente, somente para os efeitos de contemplar a preocupação do Representante do Chile. Iamos intervir no final porque suponho que todos estamos na mesma coisa. Mas, como Representação do Uruguai junto à ALADI, como membro deste Comitê, estou de acordo em que finalmente

decidamos fixar uma data; seja qual for essa data fazer uma resolução e enviá-la a nossas Chancelarias dizendo que o Comitê de Representantes resolveu convocar o Conselho de Ministros para tal dia, se o dia 4, se o dia 11, não importa porque imagino que a maioria de meus colegas igual que eu neste momento não sabem se os Chanceleres poderão vir ou não, oxalá possam.

Mas, estou de acordo que não comecemos outra vez a consultar se poderia ser o dia 11 porque vamos ficar na mesma coisa.

Portanto, o Uruguai está totalmente de acordo em que seja o dia 11, como teria estado de acordo em que fosse o dia 4, como teria estado de acordo em que fosse em março, e enviaremos esta resolução à Chancelaria; que o Comitê resolveu convocar o Conselho de Ministros para o dia 11 de fevereiro.

Em resumo, isso quer dizer que esta Representação está de acordo com essa data.

Representação do EQUADOR (Humberto Jiménez). Senhor Presidente, consideramos que esta nova data, o dia 11 de fevereiro de 1994, fixa com suficiente antecipação a convocação de forma a garantir-se não a presença de todos, pelo menos da maioria dos Chanceleres dos países-membros da ALADI.

Representação do PARAGUAI (Alfredo Núñez). Senhor Presidente, nossa Representação está de acordo com a data, seja dia 4 ou dia 11, portanto, não temos inconveniente.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, aprovamos a data 11 de fevereiro, o importante é comunicar hoje, imediatamente, a data. De alguma maneira faremos o necessário para contar com a presença do Ministro.

PRESIDENTE. Efetivamente, Senhor Representante. Creio que há um critério unânime para que -por parte do Comitê de Representantes -no dia 11 de fevereiro de 1994 realize a Oitava Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI.

Portanto, passamos ao segundo ponto do projeto de resolução sobre a agenda provisória que seria proposta ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores .

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, em princípio consideramos importante a agenda apresentada no sentido de que reúne os temas que vieram sendo discutidos nas reuniões anteriores, e além disso consta a importância dos temas que neste momento importam mais à ALADI enfrentar e desenvolver.

Permitir-nos-íamos sugerir que para tomar algumas providências, em função da experiência vivida recentemente que pudéssemos contar com um cronograma de avanços em cada um dos temas importantes, nem todos requerem avanços sujeitos à reflexão, à discussão, mas alguns

são muito importantes, não unicamente os que tem um planejamento, que já é um avanço muito interessante, mas há outros também.

Então, não sei se isto nos poderia ajudar a sujeitar-nos ao período intermediário que agora temos ganho para chegar a um projeto, a uma apresentação de resoluções ao Conselho, que efetivamente recolha as contribuições que, de alguma maneira, neste momento ainda temos dispersas e que sem dúvida requereriam de um intercâmbio de opiniões bastante nutrido.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, estamos de acordo com a agenda.

Uma pergunta à Secretaria sobre o ponto 4. Quando estará esse trabalho "análise da situação atual e perspectivas do processo de integração", para poder enviá-lo também à Chancelaria?

Outra pergunta, no ponto 6, "fortalecimento do quadro normativo regional" aí há alguns projetos de resolução que gostaria de que me lembrasse quais são.

Quando podemos contar com o ponto 4 e que vai se entender por ponto 6? Essa é a pergunta.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana Quisbert). A respeito do ponto 4, o documento está sendo elaborado. Nisso devemos ser muito sinceros, está para o estudo dos Diretores a partir de hoje porque estes dias estávamos trabalhando em nível de Secretário e os dois Adjuntos tratando de polir o mais possível um documento que consideramos muito importante para seu objetivo.

Sinceramente consideramos que o documento estará pronto para a próxima semana. Repito, hoje irá para consideração dos Diretores e acreditamos que é uma etapa importante para ter também um critério plural, generalizado, da Secretaria.

Nesse sentido, novamente solicito a compreensão das Representações para que nos dêem esse tempo suficiente para os efeitos de apresentar um trabalho o melhor possível.

Sobre o ponto "quadro normativo regional" tal como em alguma oportunidade foi considerado na reunião de Chefes, existem diferentes projetos como o "regime regional de solução de controvérsias", "acordo regional sobre comércio e de serviços, e "acordo-quadro sobre normas técnicas". Obviamente, estes diferentes projetos tiveram agora uma evolução diferente, como o caso do acordo de comércio de serviços que, como foi informado, ainda não concluiu sua etapa técnica e sua nova consideração foi transferida para o mês de março.

Quanto ao tema "solução de controvérsias", como os senhores sabem, o respectivo relatório do grupo que analisou este tema está em poder das diferentes Representações para sua decisão sobre o projeto apresentado nesse relatório.

em

Isso é tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. A data fixada para a terceira reunião de peritos de serviços é posterior à do Conselho de Ministros.

Representação do PERU (José Carlos Dávila). Senhor Presidente, a Representação do Peru desejaria apoiar o manifestado pelo Representante mexicano. Também estaríamos interessados não somente em saber o estado em que se encontram a totalidade dos temas que vêm sendo manejados neste ano na ALADI, senão, além disso que a Secretaria-Geral fizesse uma avaliação e propusesse eventuais ações para poder de daqui até fevereiro avançar na maioria destes temas e em alguns casos, poder concretizar alguns deles.

Creio que isso seria um documento muito útil e lembraria a todas as representações a situação atual destes temas e o que eventualmente poderiam fazer nossas autoridades para poder concretizar alguns deles antes da Reunião de Ministros.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, como as representações têm pleno direito para apresentar projetos de resolução no Conselho, gostaríamos de fixar um prazo dentro do qual seriam apresentados esses projetos para enviá-los antes de que os Ministros, ou quem vier, os trouxessem estudados. Não apresentar aqui os mesmos projetos, senão que, pelo menos, com uns quinze dias de antecipação, com o propósito de ter opiniões das Chancelarias. Particularmente nos preocupa, na eventualidade de que não possa vir o Ministro, de não surpreendê-los aqui com projetos que podem ser muito interessantes mas que o Ministro não poderá pronunciar-se em um dia.

Então, gostaria muito de que primeiro fosse visto no Comitê, e depois fixar um prazo para que os países possam apresentar projetos de resolução ao Conselho. Creio que essa é a função do Comitê, uns quinze dias ou um mês antes, não sei.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Senhor Presidente, considero a observação feita pela Representação do Chile muito interessante e deveríamos encontrar uma maneira de adotá-la.

Queria mencionar que talvez não se possa tomar uma decisão de mandato a esse respeito, porque o regulamento prevê que até com 48 horas de antecipação se pode apresentar os projetos. Então, levando em conta, que normalmente os regulamentos, tanto do Comitê de Representantes quanto do Conselho, prevêem prazos bastante curtos o que poderíamos fazer aqui é uma recomendação que recolha a preocupação do Representante do Chile e que não manifestaria essa expectativa.

O Senhor Presidente poderia expressar isso como um consenso da reunião, de que os projetos de resolução estejam disponíveis com quinze dias no mínimo de antecipação para ter tempo para estudo e reflexão.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Concordo com os comentários feitos tanto pelo México quanto pelo Brasil e pelo Chile, mas, como sabemos é o sistema de trabalho no verão do sul, creio que o ideal seria poder ter -nós não temos esse problema de férias nos meses que têm os senhores e que tem a própria ALADI- ou contar com esse material, o mais tardar, data limite, em 15 de dezembro para que nossas Chancelarias possam considerá-los em tempo útil. Quando digo "...quinze...", estou colocando um limite, não tenho nenhum problema de que seja antes; o que digo é que o importante, para mim, hoje, é que creio que não há objeções, primeiro quanto à data da reunião e segundo quanto ao projeto de agenda. As intervenções foram orientadas em função de ter o material com tempo. Então, fixaríamos um prazo para que a Secretaria nos entregasse o material e para podermos, nas Representações e nas nossas respectivas Chancelarias, estudá-lo com suficiente antecipação, e como foi dito aqui, para que não seja entregue aos Ministros nesse momento.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Apoiamos o Representante da Venezuela, fixar como data-limite para apresentar o projeto, dia 15 de dezembro porque temos a reunião do Grupo Ad Hoc nos dias 9 e 10; e está bem o dia 15 de dezembro. E adquirir o compromisso de não entusiasmar-se com projetos porque os Senhores Ministros não terão tempo de estudá-los, em somente um dia.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Para manifestar nosso apoio à Representação da Venezuela acompanhada pelo Chile, mas no entendido de que este é um prazo para as representações.

A Secretaria continuaria com sua obrigação de fazer circular os documentos prometidos o mais tardar na próxima segunda-feira.

Representação da ARGENTINA (Noemí Gómez). Senhor Presidente, no mesmo sentido que o Chile e o Brasil.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, creio que chegamos a um acordo quanto à agenda. Então nos temos imposto um limite até 15 de dezembro para entregar os projetos de resolução que deveriam considerar os Senhores Ministros. Mas, recolhendo as insinuações de que o Comitê de Representantes deve tomar conhecimento plenamente de todos estes trabalhos, valeria a pena, se o termo coubesse, que o Comitê de Representantes se convertesse em um mecanismo preparatório da Conferência do Conselho de Ministros. Ou seja, devemos dar prioridade em nossos trabalhos à preparação da parte substantiva que devem considerar os Senhores Ministros em sua reunião.

De tal maneira que terei muito cuidado de que permanentemente na agenda conste sempre um exame sobre os temas substantivos que serão matéria de consideração da Oitava Reunião do Conselho de Ministros.

Com um pouco de ingenuidade, vou me permitir pedir licença aos Senhores Representantes para fazer uma pequena modificação na agenda, de tal maneira que o ponto sexto fique somente como "quadro normativo regional". Repito, o ponto 6, "quadro normativo regional". E atendendo a preocupação de algumas representações sobre a situação finance-

ra da Associação, colocaríamos um ponto sete referente ao "fortalecimento da Associação", se os senhores o consideraram pertinente.

Se estiverem de acordo com essas pequenas mudanças que a Presidência se permite sugerir daríamos por aprovado o projeto de agenda.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Senhor Presidente, em primeiro lugar estou de acordo com sua sugestão, mas não gosto isso de "...fortalecimento..." porque pareceria como que estamos em agonia. Não sei se procurar a "...situação..." ou seja, já que o senhor o retirou do ponto seis que retire também do ponto sete.

PRESIDENTE. Está bem: "Situação econômico-financeira da Associação".

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Mas, não é somente a "situação econômico-financeira", também está o aspecto institucional, eu o tornaria mais amplo. Estou de acordo com o Representante da Venezuela, a palavra "...fortalecimento..." debilita, não é? Mas, não nos limitemos ao econômico-financeiro.

PRESIDENTE. Solicitaria o favor ao Senhor Secretário-Geral que nos lesse o texto do ponto sete.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana Quisbert). O ponto sete ficaria assim: "Situação institucional e econômico-financeira da Associação".

O ponto seis seria: "Quadro normativo regional".

PRESIDENTE. Se não houver observações sobre a agenda, ponho para consideração dos Senhores Representantes todo o texto do projeto de resolução com as emendas propostas para o artigo primeiro, fixando o dia 11 de fevereiro para a reunião do Conselho de Ministros e a agenda que foi modificada.

Não havendo observações, então devemos todos estar satisfeitos por adotar este projeto de resolução por unanimidade, que levará o número 180.

"RESOLUCAO 180

O COMITE de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O artigo 32 do Tratado de Montevideu 1980 e os artigos primeiro e segundo da Resolução 20 (V) do Conselho de Ministros das Relações Exteriores,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Convocar o Conselho de Ministros das Relações Exteriores para realizar sua Oitava Reunião, na sede da Associação, no dia 11 de fevereiro de 1994.

SEGUNDO.- Propor ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores a seguinte agenda provisória:

1. Abertura e eleição de autoridades.
2. Aprovação da agenda.
3. Relatório do Comitê de Representantes.
4. Análise da situação atual e perspectivas do processo de integração no quadro da ALADI.
5. Relatório do Grupo Ad_Hoc de Representantes Governamentais (ALADI/CM/Resolução 36 (VII)).
6. Quadro normativo regional.
7. Situação institucional e econômico-financeira da Associação.
8. Outros assuntos.
7. Outros assuntos.

- Condecoração do Governo da República Federativa do Brasil com a "Grã-Cruz da Ordem do Barão de Rio Branco" ao Senhor Presidente do Comitê de Representantes e ao Representante do Chile, Embaixadores Eduardo Cabezas Molina e Raimundo Barros Charlin.

Representação do BRASIL (Paulo Nogueira Batista). Senhor Presidente, para pedir sua anuência e fazer uma comunicação e ao mesmo tempo um convite aos senhores representantes.

Queria anunciar que o Governo do Brasil, por Decreto do Presidente da República, resolveu condecorar com a "Grã-Cruz da Ordem do Barão de Rio Branco" a dois distintos membros deste Comitê, o Presidente, Embaixador Cabezas e o Representante do Chile, Embaixador Barros Charlin.

Esta é uma comunicação que fazemos com muita satisfação e nos sentimos honrados de que ambos estejam dispostos a aceitar esta condecoração que o Governo brasileiro resolveu outorgar-lhes, portanto, queria comunicar também que entramos em contato com o Presidente do Comitê para organizar uma cerimônia na qual se daria a imposição destas duas condecorações.

sm

Com a aprovação do Presidente como tal e como agraciado e do Embaixador do Chile, chegou-se ao entendimento de que haveria uma reunião extraordinária do Comitê de Representantes dia 23 de novembro em curso, às 12h 30m, para que o Ministro da Cultura do Brasil, Embaixador Jerônimo Moscardo possa vir pessoalmente ao Comitê e nesta ocasião fazer entregue destas condecorações aos dois agraciados.

Nesta ocasião o Ministro da Cultura fará também entrega de uma comunicação do Ministro da Educação do Brasil ao Senhor Secretário-Geral da ALADI.

Ao fazer esta comunicação tenho a esperança de que todos possam estar presentes nesta ocasião para estar juntos na homenagem que o Governo Brasileiro faz ao Embaixador Cabezas e ao Embaixador Barros Charlin.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante, o Governo de seu país nos honra muito ao ter-nos conferido essa condecoração.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Em primeiro lugar para felicitar tanto o Governo do Brasil por esta generosidade como os condecorados e aproveitar também -oxalá pudesse coordenar-se o que temos falado com a Secretaria-Geral e com o Presidente- para fazer uma reunião social em nossa residência para a Secretaria-Geral e para os Representantes. E precisamente desejaríamos procurar uma data onde estivéssemos todos porque a experiência que tive em nível parlamentar, em nível diplomático, demonstra que às vezes é necessário sair um pouco dos salões e ter um tipo de reuniões mais de conversa, mais de amizade, etc.. Então, quero deixar nas mãos da Secretaria-Geral primeiro nosso convite para receber a todos em nossa casa e oxalá possamos coincidir com esse dia que vai estar aqui, porque imagino que o Ministro da Cultura é o Embaixador Moscardo, não é? Então é um problema de agenda, mas quero dizer que gostaria de recebê-los na minha residência e oxalá possa ser uma data em que todos os Representantes e seus Alternos logicamente e a Secretaria estejam presentes. Já está feito o convite.

PRESIDENTE. Muito obrigado por seu generoso convite, Senhor Embaixador.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, agradeço ao Senhor Representante e ao Governo do Brasil pela honrosa distinção que me fazem.

Ao mesmo tempo apóio a data.

- Reuniões da ALADI com o TIPS vinculadas com a informação e a integração regional.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana Quisbert). Senhor Presidente, desejaria lembrar algo que os senhores receberam: um convite a partir de segunda-feira, dia, para 22 uma série de eventos que está

realizando a ALADI com o TIPS, vinculadas com a informação e a integração regional.

- Visita à sede da Associação do Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Doutor Sergio Abreu, dia 24 do corrente mês.

A esse respeito desejo salientar que para o dia 24 está prevista a visita do Senhor Chanceler do Uruguai, Doutor Sergio Abreu, às 9 horas, para cujos efeitos muito agradeceremos a assistência dos Senhores Representantes.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, permito-me desde já convidá-los para a reunião extraordinária do dia 23 de novembro, às doze horas e trinta minutos com a presença do Senhor Ministro da Cultura do Brasil.

Se não houver nenhum outro ponto a ser tratado em outros assuntos, encerra-se a sessão.

Assim se procede.
